

MILITARIZAÇÃO DA INFÂNCIA E A POLÍTICA DO PERTENCIMENTO: UMA RELEITURA DO RECRUTAMENTO DE CRIANÇAS

Militarization of Childhood and the Politics of Belonging: A Rereading of Child Recruitment

La militarización de la infancia y las políticas de pertenencia: una reinterpretación del reclutamiento infantil

Marcos do Vale Araujo

Doutorando e Mestre em Relações Internacionais


Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI-UERJ)

Rio de Janeiro, Brasil.

marcosvalerj@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7200-0814> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Este artigo analisa criticamente o suposto paradoxo entre infância, entendida como espaço-tempo de inocência, e militarização, compreendida como os processos sociais que normalizam valores militares como naturais, a partir de uma releitura do recrutamento de crianças. A partir do caso do Junior Reserve Officers' Training Corps, argumento que uma abordagem crítica sobre o recrutamento de crianças atua como principal condição de possibilidade para interrogar como infância e militarização atuam de formas co-constitutivas, e como a relação entre elas estabelece os contornos normativos da construção do pertencimento político ao Estado. O artigo destaca que o recrutamento de crianças não deve ser entendido simplesmente como uma prática de alistamento formal, mas sim como um processo marcado pela gradual normalização de valores militares e alinhamento ideológico às Forças Armadas. Com isso, o trabalho visa contribuir com discussões contemporâneas sobre a militarização da infância, deslocando o olhar do estereótipo da criança-soldado em direção às formas em que a normalização do poder militar atua como condição formadora do pertencimento ao Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Infância; Militarização; Recrutamento; Crianças; Estado.

ABSTRACT

This article critically analyzes the supposed paradox between childhood, understood as a space-time of innocence, and militarization, understood as the social processes that normalize military values as natural, based on a reinterpretation of child recruitment. Based on the case of the Junior Reserve Officers' Training Corps, I argue that a critical approach to child recruitment acts as the main condition of possibility for questioning how childhood and militarization act in co-constitutive ways, and how the relationship between them establishes the normative contours of the construction of political belonging to the state. The article highlights that the recruitment of children should not be understood simply as a practice of formal enlistment, but rather as a process marked by the gradual normalization of military values and ideological alignment with the Armed Forces. Thus, this work aims to contribute to contemporary discussions on the militarization of childhood, shifting the focus from the stereotype of the child soldier to the ways in which the normalization of military power acts as a formative condition of belonging to the State.

KEYWORDS: Childhood; Militarization; Recruitment; Children; State.

RESUMEN

Este artículo analiza críticamente la supuesta paradoja entre la infancia, entendida como un espacio-tiempo de inocencia, y la militarización, entendida como los procesos sociales que normalizan los valores militares como algo natural, a través de una reinterpretación del reclutamiento infantil. Utilizando el caso del Cuerpo de Entrenamiento de Oficiales de la Reserva Juvenil, sostengo que un enfoque crítico del reclutamiento infantil constituye una condición primordial de posibilidad para cuestionar cómo la infancia y la militarización interactúan de forma coconstitutiva, y cómo la relación entre ellas establece los contornos normativos de la construcción de la pertenencia política al Estado. El artículo subraya que el reclutamiento infantil no debe entenderse simplemente como una práctica formal de alistamiento,

sino como un proceso marcado por la normalización gradual de los valores militares y la alineación ideológica con las Fuerzas Armadas. Así, este trabajo pretende contribuir a los debates contemporáneos sobre la militarización de la infancia, desplazando el foco del estereotipo del niño soldado hacia las formas en que la normalización del poder militar actúa como condición formativa de la pertenencia al Estado.

PALABRAS CLAVE: Infancia; Militarización; Reclutamiento; Niños; Estado.

1 INTRODUÇÃO

Em 2022, foi publicada uma matéria pelo *The New York Times* baseada na análise dos dados de matrícula de alunos vinculados ao *Junior Reserve Officers' Training Corps* (JROTC), um programa educacional levado a cabo por militares da reserva nos Estados Unidos, disponibilizados após mais de 200 pedidos de acesso a registros públicos. Os dados mostram que dezenas de escolas tornaram o programa obrigatório ou encaminharam mais de 75% dos alunos do mesmo ano escolar para as aulas, em que a maioria das escolas com alto número de matrículas era frequentada por proporções grandes de estudantes racializados e de família de baixa renda (Baker; Bogel-Burroughs; Marcus, 2022).

A matéria aponta que a comandante Nicole Schwegman, porta-voz do Pentágono e ex-aluna do JROTC, ao passo que expressou preocupação sobre a obrigatoriedade de um programa que é originalmente voluntário, afirmou que, apesar do programa auxiliar as Forças Armadas na prospecção de um serviço militar, ele não constava como um instrumento de recrutamento dos militares, mas sim educacional, auxiliando-os a se tornarem alunos mais efetivos e adultos mais responsáveis. De acordo com Schwegman, “é realmente sobre ensinar crianças sobre o serviço, ensiná-las sobre trabalho em equipe [...] Da mesma forma que somos uma Força Armada totalmente voluntária, este deveria ser um programa voluntário” (Baker; Bogel-Burroughs; Marcus, 2022)..

Por um lado, há quem observe os achados do Times sobre matrículas obrigatórias como sendo pontos fora da curva ou exceções, em uma perspectiva coadunada com o discurso oficial de que o JROTC não consiste em um instrumento de recrutamento de crianças para a vida militar nas Forças Armadas. A força dessa visão residiria no fato de o programa estar voltado, segundo autoridades, para o desenvolvimento mental e físico de crianças dentro do ambiente escolar, cuja estrutura curricular abrangeria o investimento na capacitação verbal e não-verbal, habilidades sociais, resolução de problemas, pensamento crítico, noções de cidadania e respeito (AJROTC, 2025).

Da mesma forma, à diferença do senso comum legal e humanitário que associa o recrutamento de crianças com experiências de crianças-soldado em zonas de conflito (Lee-Koo, 2011; Macmillan, 2011), os EUA aderem ao Direito Internacional Público por terem assinado e ratificado o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados, que autoriza o

recrutamento de menores de 18 anos sob consenso parental e sem envolvimento em hostilidades (ONU, 2000). Nessa linha, o desenvolvimento de crianças a partir do contato com militares em escolas seria uma ‘questão limítrofe’, símbolos de ‘preconceitos antiamericanos’ que desviam o foco da questão central digna de atenção global, que seriam crianças-soldados no Sul Global (Harding; Kershner, 2017). Ainda, como coloca Tynes (2023, p. 18, tradução minha), “as Forças Armadas dos EUA não dão armas a crianças de 14 anos e não enviam crianças para lutar nas linhas de frente do Afeganistão”.

Por outro lado, também de acordo com o autor supracitado, isso não impede com que práticas de treinamento e educação militar de crianças antes do alistamento formal construam campos sociais de aceitação inquestionável e natural da vida militar, em que crianças são socializadas em espaços escolares que constroem a visão da guerra, do poder militar e do sacrifício pela Nação como uma prática de senso comum e de construção de cidadania e pertencimento político (Millar, 2022; Tynes, 2023). Segundo o *USAREC Regulation 350-13*, do Comando de Recrutamento do Exército dos EUA, estão constatados objetivos claros de recrutadores militares em “penetrar ambientes escolares canalizando esforços por meio de tarefas e objetivos específicos para obter o maior número possível de alistamentos de qualidade” (EUA, 2021).

Nesta esteira, especificamente com relação ao JROTC, textos e materiais didáticos não estão voltados à desenvoltura de pensamento crítico, mas sim à inculcação de obediência à autoridade, estimulando o medo de ‘inimigos’ da Nação e o avanço da primazia militar estadunidense ‘em casa’ e ‘afora’ (Jones, 2022). Neste enquadramento, escolas com o JROTC representam um dos loci centrais onde a infância articula – e é articulada pelo – o poder militar, compreendido não como capacidades militares e armamentos, mas como formas de conhecimento socialmente construídas que emanam de instituições militares, mas que não se limitam a elas, interpela e é navegado por crianças de variadas formas (Basham; Belkin; Gifkins, 2015; Enloe, 2000).

Ainda assim, como apontam Harding e Kershner (2017, p. 3, tradução minha), “a ideologia dominante nos EUA é a de que as crianças-soldado são um fenômeno restrito ao Sul Global, de que o recrutamento escolar realizado pelos militares norte-americanos é uma atividade benéfica, e de que os ‘nossos’ recrutas de 17 anos não ‘contam’ como crianças-soldado”. Não é o meu movimento, no entanto, questionar a associação de crianças com o poder militar no âmbito do JROTC a partir de um ímpeto exclusivamente moralista que reforça expectativas estabelecidas sobre a infância e sua suposta inerente

desconexão com processos de preparação para a guerra, nem enquadrar experiências de crianças no JROTC dentro de normas vigentes sobre a criança-soldado.

O que a contradição entre o discurso oficial e a realidade prática do JROTC sugere é que não há um paradoxo entre infância, entendida convencionalmente enquanto espaço-tempo de proteção e de desenvolvimento de crianças enquanto futuros sujeitos políticos (adultos) (Burman, 2016; Jenks, 2005), e militarização, entendida enquanto o conjunto de processos sociais que normalizam e (re)produzem valores militares como as respostas necessárias para (in)seguranças sociais (Basham, 2022). O que se verifica é uma relação co-constitutiva, evidenciada pela promoção de atividades curriculares e extracurriculares que demandam dos alunos performances alinhadas aos valores da disciplina e ao respeito acrítico à hierarquia. Tais atividades, que vão desde exercícios de repetição de movimentos e aulas de história militar até marchas e treinamento de manejo de armas, articulam uma pedagogia da obediência e da valorização das Forças Armadas com a desenvoltura de competências técnicas úteis para a vida, representando a co-constituição entre infância e militarização (Kershner; Harding; Howlett, 2022; Pérez, 2015).

Tendo em vista as assunções dominantes da militarização de crianças como patologia natural, representada pela imagem barbárica da criança-soldado (Beier, 2011; 2024; Tabak, 2020; 2025), como é possível abordar a virtual invisibilidade das relações de poder envolvidas entre infância e militarização na produção de subjetividades militarizadas de crianças? A partir do caso do JROTC, este artigo argumenta que uma abordagem crítica sobre o recrutamento de crianças atua como principal condição de possibilidade para interrogar como infância e militarização são duas forças co-constitutivas, e não paradoxais, e como a relação entre elas estabelece os contornos normativos da construção do pertencimento político ao Estado. Assim, busco destacar que o recrutamento de crianças não deve ser entendido puramente como uma prática de alistamento formal, mas sim como um processo marcado pela gradual normalização de valores militares e alinhamento ideológico a uma Força Armada.

Para tanto, o artigo está dividido em três seções: Primeiramente, abordo criticamente a perspectiva convencionalmente estabelecida sobre recrutamento de crianças, da forma que é cristalizada nas prescrições legais e normativas voltadas ao banimento desta prática e de sua correspondente associação com a figura da criança-soldado. Segundamente, a partir de uma visão crítica da militarização, interrogo como transcender a visão convencional sobre recrutamento e a criança-soldado

possibilita um olhar sobre a infância enquanto discurso que (des)autoriza a associação de crianças com o poder militar para além de zonas de conflito do Sul Global (Beier, 2011; Beier; Berents, 2023). Por fim, terceiramente, a partir da análise da estrutura curricular geral do JROTC, avanço a ideia do recrutamento enquanto um processo contínuo que abarca práticas de envolvimento de militares com crianças em escolas de modo a promover valores positivos sobre as Forças Armadas, estimular valores militaristas como desejáveis e criar perspectivas reais de alistamento formal em momentos futuros (Harding; Kershner, 2017; Lutz, 1995; Mcgauley, 2015).

2 RECRUTAMENTO DE CRIANÇAS E A CRIANÇA-SOLDADO: TRANSCENDENDO O DISCURSO DA LEI

O recrutamento de crianças por grupos armados não-estatais e Forças Armadas representa um dos exemplos mais centrais da interseção das agendas de direitos humanos e segurança internacional, tendo em vista a costumeira associação desta prática com o emprego de crianças em conflitos armados, a partir da arquitetura político-jurídica que estabelece as normas e práticas que articulam a participação de crianças na guerra como uma ação necessária de banimento pelo Direito Internacional Humanitário (Tabak; Herz; Hoffmann, 2019; Tabak, 2023). A essa arquitetura Tabak (2020) dá o nome de ‘discurso da lei’, de modo a abordar criticamente a forma em que um conjunto particular de documentos articula conhecimentos voltados à produção de uma barreira entre a criança e o soldado, tornando o recrutamento militar de crianças algo essencialmente e naturalmente errado e patológico.

Compreendem o ‘discurso da lei’ sobretudo os Protocolos Adicionais de 1977 às Convenções de Genebra, a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança (CRC) de 1989, o Estatuto de Roma de 1998, a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil de 1999 e o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados de 2000 (Tabak, 2020). Sobre o último, de acordo com o Artigo 4 do Protocolo, “grupos armados, distintos das Forças Armadas de um Estado, não devem, sob nenhuma circunstância, recrutar ou usar em hostilidades pessoas com menos de 18 anos” (UNICEF, 2000).

Seria em 1996, a partir da apresentação na Assembleia Geral da ONU do Relatório *Impact of armed conflict on children*, popularmente conhecido como Relatório Machel, que a temática de crianças-soldado seria alavancada em termos do início da interseção explícita entre as agendas de proteção da criança e infância com as agendas de segurança internacional e direitos humanos (Tabak; Herz; Hoffmann, 2019). Ao chamar atenção para o “fenômeno” das crianças-soldado como sendo símbolos de uma “crise fundamental na nossa civilização”, o Relatório Machel se destacou por clamar pelo fim do uso de crianças em conflitos em armados ao reproduzir o entendimento de que as ameaças apresentadas a essas crianças eram também uma ameaça à estabilidade do Estado moderno, da sociedade internacional, e do seu futuro de progresso (ONU, 1996; Tabak; Herz; Hoffmann, 2019).

Nos marcos do sistema ONU, a nomeação do Representante Especial do Secretário-Geral para Crianças e Conflitos Armados em 1997 e o lançamento de 13 resoluções temáticas aprovadas pelo Conselho de Segurança (CSNU) com relação à agenda de Crianças e Conflitos Armados (CAAC, na sigla em inglês) até o presente momento foram marcos fundamentais no que tange ao emprego de medidas práticas voltadas à desmobilização e reintegração de crianças-soldado, sobretudo dentro da arquitetura normativa e doutrinária de operações de paz da ONU (Tabak; Araujo, 2022). Entre as resoluções, se destaca a Resolução nº 1.612/2005, que instaurou um mecanismo de monitoramento, reporte e denúncia das chamadas seis graves violações cometidas contra crianças por grupos armados, sendo elas o assassinato e mutilação de crianças; estupro e outras formas de violência sexual; ataques a escolas e hospitais; sequestro de crianças e negação de ajuda humanitária; e o recrutamento e uso de crianças por grupos armados (ONU, 2005; Tabak; Araujo, 2022).

No âmbito do ‘discurso da lei’, ainda que o Protocolo Facultativo seja um dos símbolos da proibição absoluta abaixo dos 18 anos, convencionalmente referida como ‘*straight-18 position*’, o documento abre espaço para que Forças Armadas de um Estado recrutem crianças a partir dos 16 anos, em uma condição voluntária, consentida por responsáveis e sem envolvimento em hostilidades (Hanson; Molima, 2019; Okyere, 2022; Tabak, 2020; UNICEF, 2000). Da mesma forma, de acordo com os Princípios de Cape Town (1997) e os Princípios de Paris (2007), sendo estes dois dos documentos produzidos pela Unicef e também atuantes no desenho dos contornos normativos da proibição do recrutamento militar de crianças e na definição do conceito de criança-soldado, “criança associada a uma Força Armada ou grupo armado” não só inclui

aquelas não-combatentes que atuam em papéis auxiliares, como mensageiros, cozinheiros e espiões, mas também inclui todas as crianças recrutadas por grupo ou Força Armada independentemente do engajamento em hostilidades (UNICEF, 1997; 2007).

Apesar dessa dissonância, permanece sendo a lógica do recrutamento associado à participação ativa no conflito que molda o *advocacy* de Estados, ONGs humanitárias e instituições internacionais contra essa prática, cuja centralidade se localiza na figura da criança-soldado. Classificadas como ‘fenômenos’ simbólicos das chamadas ‘novas guerras’ do pós-Guerra Fria, crianças-soldado atraíram uma atenção ímpar da imprensa global e se tornaram o estereótipo por excelência de missões humanitárias (Manzo, 2008), sobretudo a partir das imagens e narrativas de meninos ostentando armas de porte maiores que seus corpos, se tornando popular em narrativas culturais e midiáticas que as produzem simultaneamente enquanto vítimas e monstros (Rosen, 2015; Tabak, 2020). Assim, de acordo com Tabak (2020), o discurso da criança-soldado é articulado como um problema social ‘novo’ a partir de três pilares, sendo estes a assunção de que crianças não são naturalmente vulneráveis e inocentes, que as ‘novas guerras’ são ‘incivilizadas’ e que as armas são mais leves e menores do que costumavam ser.

Para o *advocacy* dos direitos da criança, a aversão à ideia da criança-soldado é uma simples e lógica extensão do conceito de criança universal. De fato, o próprio conceito de “criança-soldado” parece intencionalmente construído para fundir dois termos contraditórios e incompatíveis. O primeiro, “criança”, normalmente se refere a uma pessoa jovem entre a infância e a juventude e conota imaturidade, simplicidade e ausência de pleno desenvolvimento físico, mental ou emocional. O segundo, “soldado”, no contexto dos exércitos profissionais contemporâneos no Ocidente, geralmente se refere a homens e mulheres que são guerreiros habilidosos. Como resultado, une duas ideias muito contraditórias e poderosas, a saber, a “inocência” da infância e o “mal” da guerra. Assim, desde o início, no imaginário ocidental moderno, a própria ideia da criança-soldado parece tanto aberrante quanto abominável (Rosen, 2015).

Entretanto, na linha de Rosen (2015), é este mesmo imaginário ocidental moderno que simplifica e essencializa processos sociais, culturais e históricos complexos que não só formam o pano de fundo para compreender as nuances do recrutamento militar de crianças na contemporaneidade, mas que atuam como as principais condições de possibilidade para criticar e resistir os legados coloniais e capitalistas por trás dos discursos de ‘salvação’ e ‘restauração’ de crianças-soldado (Jézequel, 2006; Manzo,

2008). À despeito do senso comum que extrai as variadas formas de agência que crianças exercem em contextos sociais, a maior parte das crianças-soldado não é nem abduzida nem recrutada de modo forçado, mas representa uma pluralidade de experiências associadas a fatores muito além do imaginário estabelecido e que estimularam essas crianças a se tornarem combatentes por conta própria, tais como pobreza, falta de educação, destruição familiar, insegurança sanitária e alimentar (Bodineau, 2024; Drumbl; Barrett, 2019; Jézequel, 2006; Rosen, 2015). Como apontam Drumbl e Barrett (2019, p. 8, tradução minha), “ao se juntarem às Forças Armadas ou grupos, crianças podem estar – da melhor maneira que conseguem em circunstâncias difíceis – buscando caminhos para progresso econômico, inclusão em redes e promoção de reformas políticas ou ideológicas”.

Assim, se narrativas salvacionistas de atores humanitários podem ser bem-intencionadas quanto ao objetivo de aliviar o sofrimento de crianças militarizadas, mas, por outro lado, deixam implicitamente subentendido que a criança-soldado (re)presenta o fracasso máximo da modernidade ocidental, que deve ser corrigido/contido em nome da paz, da ordem e do progresso da humanidade (Tabak, 2020). Além disso, patologiza esses seres de uma maneira que não apenas produz discursivamente e, em seguida, condena os “Estados falidos” e as guerras “bárbaras” da África — uma suposição sobre a criança-soldado que, por si só, já é racializada —, mas também desencadeia uma série de intervenções humanitárias internacionais com semelhanças moralistas às missões civilizadoras do período colonial.

Para além da idade, Tabak (2020, 2023) destaca que um dos dois pilares que sustentam o ‘discurso da lei’ é o conceito de militarização, podendo ser concebido de forma restrita como sendo o envolvimento direto em hostilidades (como colocado pelos Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra), ou de forma ampla, como sendo envolvimento indireto em papéis de apoio (como colocado pelos Princípios de Cape Town e Paris). Contudo, seja em uma compreensão restrita ou ampla, no senso comum, a militarização permanece atrelada à participação em um conflito armado, estabelecendo as fronteiras legais e normativas que constituem a criança-soldado e moldando o imaginário prevalente sobre o recrutamento de crianças, como ilustrado pela Figura 1 (Macmillan, 2011).

Figura 1 – Militarização, criança-soldado e o recrutamento de crianças



Fonte: Elaborada pelo autor.

Dentro deste enquadramento sobre militarização, nos termos de Beier (2024), o significado social de ‘soldado’ pode acomodar ‘crianças’, mas o significado social de ‘infância’ não pode acomodar ‘soldado’, tendo em vista que a infância seria perdida com o ato do recrutamento. O ponto que destaco é que reduzir a relação entre criança, infância e militarização nesta compreensão tradicional do recrutamento de crianças, e suas associadas simbologias políticas de ‘barbárie’ e ‘desvio’, silencia ao menos quatro questões fundamentais: (1) a compreensão das múltiplas formas em que a agência é exercida por crianças em contextos de conflitos armados (Drumbl; Barrett, 2019; Hanson; Molima, 2019); (2) a elaboração de estratégias de desmobilização e reintegração que considerem variáveis sócio-históricas e culturais (Bodineu, 2024); (3) a exposição de como crianças sempre compuseram – e são partes centrais – dos esforços de guerra de Estados liberais do Norte Global (Beier, 2011; Macmillan, 2011) e; (4) a consideração de como uma visão crítica sobre militarização e infância nos permite concebê-los como constitutivos, e não paradoxais. Na próxima seção, concentro minha atenção especificamente sobre os dois últimos pontos, tendo em vista a necessidade de observar como a associação de crianças com o poder militar toma formas em espaços para além de zonas de conflito que escapam do enquadramento tradicional de recrutamento de crianças e do estereótipo da criança-soldado.

3 PARA ALÉM DE ZONAS DE CONFLITO: MILITARIZAÇÃO DA INFÂNCIA EM ESTADOS LIBERAIS DO NORTE GLOBAL

No livro *Child Soldiers in the Western Imagination: From Patriots to Victims*, David Rosen (2015) demonstra como dois meninos de treze anos que se tornaram soldados nessa idade, Ishmael Beah e Andrew Jackson, atuaram em condições brutais de um conflito armado, se tornaram órfãos durante a guerra e viveram suas vidas após as hostilidades, mas foram enquadrados de formas substantivamente diferentes a partir dos seus livros biográficos. Enquanto Ishmael Beah é abordado como uma ex-criança-soldado da guerra civil em Serra Leoa que foi capaz de sobreviver e ‘recuperar’ sua ‘infância perdida’, restaurando seu percurso ‘natural’ de desenvolvimento como criança, Andrew Jackson é celebrado como um herói da Revolução Americana que foi capaz de lutar com bravura na guerra de independência dos Estados Unidos (Rosen, 2015; Tabak, 2020). Experiências de crianças em guerras – e suas (re)representações políticas – não são reduzíveis a um *script* universal de recrutamento forçado e abuso, mas são produtos de construções discursivas históricas e culturais. Como aponta Rosen (2015, p. xii, tradução minha), “ao longo dos séculos, muitas crianças — heróis, vilões, patriotas e vítimas — foram crianças-soldado. Joana d’Arc, Carl von Clausewitz, Andrew Jackson, Moshe Dayan, Yasser Arafat, Ishmael Beah e até mesmo a Dra. Ruth Westheimer foi criança-soldado”.

Em meio às transformações culturais e sociais que estabeleceram o imaginário prevalecente sobre a infância, o serviço militar formal em Estados anglófonos do Norte Global permaneceu sendo visto como um bem público à serviço dos melhores interesses da criança até meados do século XX, apontando que a ideia de infância não é incompatível com o serviço militar *per se* (Beier, 2011; Macmillan, 2011; Rosen, 2015). Na mesma linha, não foi a ficção de que infância é incompatível com a guerra que colocou limites no recrutamento formal de crianças pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, mas sim as transformações logísticas e operacionais da produção da violência e os novos requisitos postos pelo advento da guerra de massa e pela implementação de um método burocrático e organizado de mobilização da população para a guerra (Rosen, 2015).

Ao longo do século XIX, a Marinha dos EUA alistou meninos a partir dos treze anos (ver Stover 2014), enquanto na Marinha Real, uma tradição mais praticada e duradoura do mesmo continuou até meados do século XX (ver Phillipson 1997). O recrutamento direto de crianças por outras Forças Armadas do Mundo Ocidental e seu uso em combate também persistiram

ao longo do século XX, incluindo as duas Guerras Mundiais. Apenas na Primeira Guerra Mundial, estima-se que 15.000 a 20.000 meninos canadenses, alguns com apenas dez anos de idade, se alistaram para lutar nas trincheiras da Europa (Black e Boileau 2013). Na Segunda Guerra Mundial, cerca de 30.000 meninos canadenses menores de idade se alistaram (Black e Boileau 2016) (Beier, 2026, p. 14, tradução minha).

O que esses pontos sugerem é que, por um lado, o ‘discurso da lei’, sobretudo a partir dos Princípios de Paris (2007), estabelece uma transição da preocupação específica com crianças combatentes para a construção de uma barreira inquestionável entre infância e a vida militar, como sugere o termo “criança associada a uma Força Armada ou grupo armado” (Tabak, 2020; Tynes, 2023; UNICEF, 2007). Por outro, em meio ao suposto paradoxo entre infância e a vida militar, a depender de qual guerra, recrutador e atividade militar em que crianças estão envolvidas, a preparação para o serviço militar é produzida como patologia ou como investimento político rumo à construção de sujeitos políticos (adultos) (Tabak, 2025).

Politizar as vidas militarizadas de crianças em espaços de privilégio do Norte Global envolve, portanto, evitar conceber a militarização como a mera participação na guerra ou como os processos oficiais de mobilização nacional para a guerra, tais como o recrutamento formal e o armamentismo. Aqui, defino militarização como um arranjo de processos que normalizam e (re)produzem valores militares¹ e a violência como as respostas necessárias e cotidianas para (in)seguranças sociais (Basham, 2018; Enloe, 2016; Mabee; Vucetic, 2018; Shepherd, 2018). Segundo Foucault (2017, p. 8), “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”. Assim como a compreensão de poder para Foucault (2017), a militarização envolve acima de tudo uma produtividade sobre o tecido social, não necessariamente reprimindo-o, mas sendo sobretudo uma condição de possibilidade para a constituição de subjetividades individuais e coletivas orientadas para a normalização da violência e do poder militar.

De modo associado, próximo ao conceito de militarização aqui adotado, Shepherd (2018, p. 209, tradução minha) indica que a “militarização é um conjunto complexo e entrelaçado de práticas que contribuem para a produção de uma sociedade militarizada e

¹ Parto da definição de “valores militares” trazida por Cynthia Enloe (2016), em que se tratam sobretudo na crença na hierarquia, disciplina, obediência e em última instância no uso da força. Segundo a autora, “se tornar militarizado é adotar valores militaristas e prioridades próprias a ver soluções militares como particularmente efetivas, ver o mundo com um lugar perigoso mais bem abordado com atitudes militaristas” (ENLOE, 2016, p. 18, tradução minha).

um *ethos* de militarismo”. Nessa proposta, o militarismo funcionaria como a cristalização momentânea e contingente de formas militarizadas de pensar sobre o político e que estrutura o entendimento da sociedade sobre a violência como necessária e legítima (Sheperd, 2018). Assim, enquanto militarização seria um processo sempre em movimento, o militarismo se refere à fixação de atores, práticas e processos em dado contexto e sempre sujeito a mudanças, tendo em vista que é nada mais do que um senso comum ideológico (Eastwood, 2018).

A produtividade da militarização é expressa a partir de modalidades experienciadas no cotidiano e no geopolítico de múltiplas formas (Basham, 2022). Seja a partir dos efeitos produtivos da militarização na indústria da moda (Sheperd, 2018), nos videogames e entretenimento infantil (Beier, 2011; Jarvis, 2024) ou nos processos de recrutamento de crianças nas Forças Armadas (Kershner; Harding; Howlett, 2022; Macmillan, 2011; Tabak, 2025; Tynes, 2023), são variadas as formas em que diferentes modalidades de militarização atuam. É especificamente sobre essa última que concentro meu foco, tendo em vista que o recrutamento de crianças pode ilustrar relações entre a infância e a militarização de formas muito diferentes do enquadramento político da criança-soldado. De outro modo, é uma postura crítica à militarização que torna possível interrogar como a infância atua como um discurso que (des)autoriza a associação de crianças com o poder militar para além de zonas de conflito do Sul Global (Beier, 2011; Beier; Berents, 2023).

De acordo com Jenks (2005), a infância trata-se de uma construção social que delinea fronteiras temporais e espaciais variáveis em diversos contextos socioculturais, sendo incorporada nas estruturas sociais ao delinear certas formas de conduta. Na vida política moderna, sobretudo a partir do século XX, a cristalização legal e normativa de uma concepção de infância enquanto estágio da vida de proteção, desenvolvimento e irracionalidade produziu crianças enquanto seres fundamentalmente distintos de adultos, isto é, inerentemente inocentes, desprovidos de agência política e dependentes de processos educacionais formativos para a consolidação de cidadãos adultos (Bhabha, 2006; Burman, 2016; Tabak, 2020). Longe de ser um fato natural, mas sim uma compreensão naturalizada, a infância não apenas estrutura os limites do político, mas é por si só um recurso político discursivo utilizado na promoção de múltiplos projetos de poder, sempre dependentes da compreensão de que crianças assumam uma posição passiva (Beier, 2024).

Uma das formas em que a infância atua enquanto dispositivo de poder é justamente nas Forças Armadas de Estados liberais do Norte Global, na medida em que a

militarização é produzida como uma das formas desejáveis de garantia da proteção e da maturação física e mental de crianças. De modo específico, a referência é feita justamente às campanhas de recrutamento que exploram a lógica do desenvolvimentismo, incentivando a disciplina das crianças no treinamento militar para alcançar o desenvolvimento em vez de ser uma fonte de danos (Macmillan, 2011). Abordar o entrelaçamento entre infância e militarização envolve, portanto, interrogar as formas específicas em que práticas pedagógicas voltadas a preparar crianças para a vida adulta se desdobram em função da normalização de valores militares e da glorificação do papel das Forças Armadas ‘em casa’ e ‘afora’. Em outras palavras, trata-se de observar as relações de poder que tomam forma pela ideia de que educação militarizada “pode permitir que os jovens adquiram habilidades administrativas e organizacionais e ajudar a desenvolver disciplina pessoal, autoconfiança e habilidades de liderança, como em qualquer profissão civil” (Hanson; Molima, p. 9, tradução minha).

Por exemplo, Lee-Koo (2011) demonstra como uma campanha lançada pelas Forças Armadas da Austrália encoraja concluintes do ensino médio entre 16 e 18 anos a passar um ano vivendo dentro do Exército ou da Marinha do país oceânico, experiência vinculada a um conjunto de promessas feitas pelos militares às crianças e seus familiares, tais como a independência, empoderamento individual e o treinamento de habilidades físicas e mentais, além de oferecer uma remuneração anual. À diferença da (re)apresentação política convencional da criança-soldado africana e sua simbologia de barbárie, Lee-Koo (2011) politiza o fato de a campanha se apresentar como promotora de um espaço seguro e supervisionado onde crianças podem se tornar adultos, onde a criança australiana é apresentada como candidata ideal para as responsabilidades da vida adulta a se atingir. Nesse sentido, a infância e a militarização se entrelaçam precisamente a partir da ideia de que a aproximação da criança com o poder militar é um pilar fundamental para a construção do seu futuro na vida política (adulta) (Beier, 2011; Lee-Koo, 2011; Macmillan, 2011).

“Se examinada em conjunto, a conexão entre infância e militarismo parece celebrar a chegada à maturidade no Norte global, enquanto lamenta a perda da inocência no Sul global” (Lee-Koo, 2011, p. 727, tradução minha). Politizar essa relação não é sugerir, de forma alguma, que as experiências de crianças militarizadas em situações de conflito no Sul Global são similares às de crianças em espaços de privilégio no Norte Global, muito menos romantizar as formas em que crianças-soldado exercem agência quando navegam em meio às realidades militarizadas brutais de um grupo ou Força Armada em um conflito

(Bodineau, 2024; Harding; Kershner, 2017). Trata-se de explorar como a militarização de crianças em Estados anglófonos evade o desdém frequentemente vociferado no discurso ocidental sobre práticas similares em contextos do Sul Global (Macmillan, 2011). Na linha de Harding e Kershner (2017, p. 10, tradução minha), “retratar crianças-soldado como uma “ofensa especificamente africana” ou como uma prática confinada ao Sul Global permite que atores [...] no Norte Global evitem questões sobre a dependência de sua própria força militar em relação aos jovens”.

Isso é perceptível, por exemplo, a partir de entrevista realizada por Tabak (2020) com uma diplomata britânica em 2013, na época membro da Missão Permanente do Reino Unido para as Nações Unidas e do Grupo de Trabalho do CSNU sobre Crianças e Conflitos Armados. Como indica Tabak (2020), quando perguntada sobre o recrutamento militar de crianças britânicas entre 15 e 17 anos pelas Forças Armadas, a diplomata justificou que o Reino Unido era um Estado ‘responsável’ que não exporia tais crianças a formas de perigo como um conflito armado, ainda que haja evidências do envio de menores de idade britânicos para o Afeganistão e Iraque entre 2003 e 2010 (Tabak, 2020). Tal enquadramento blinda o olhar sobre a porosidade das linhas que separam entre a preparação para a guerra e a guerra, e como a militarização é constitutiva dos processos de desenvolvimento de crianças e suas subjetividades (Basham, 2022; Beier, 2011). Como ilustra Crilley (2019), ao analisar a campanha de recrutamento do Exército britânico intitulada *This is Belonging*, o Reino Unido recruta crianças a partir de 16 anos por meio de estratégias de marketing que constroem o que o autor chama de “cultura de criança soldado”.

O que esses exemplos apontam é que a produtividade da articulação discursiva entre a militarização e a infância toma forma por meio da promoção de culturas que alavancam a preparação para a guerra a partir do entrelaçamento com ambientes de brincadeiras e diversão. Em Estados liberais, isso envolve a desenvoltura de práticas militarizadas como brinquedos das Forças Armadas, programas de cadetes, visitas escolares e campanhas em redes sociais (Crilley, 2019; Drumbl; Barrett, 2019). Na próxima seção, a partir do JROTC, exploro como politizar a articulação de atividades cotidianas de socialização e desenvolvimento de crianças com o alinhamento em ideologia a uma Força Armada implica um outro olhar sobre o que conta como recrutamento de crianças.

4 RECRUTAMENTO ENQUANTO UM PROCESSO: O JUNIOR RESERVE OFFICERS' TRAINING CORPS

O *Junior Reserve Officers' Training Corps* (JROTC) é o principal programa de educação militar em escolas nos Estados Unidos, financiado pelo Departamento de Defesa e presente em cerca de 3500 escolas, onde são ensinadas 'habilidades de liderança', 'valores cívicos' e 'disciplina' a estudantes de ensino médio que possuem contatos diários com instrutores militares da reserva (AJROTC, 2025a; Kershner; Harding; Howlett, 2022). Apesar de documentos oficiais e declarações públicas de atores civis e militares vinculadas ao programa ressaltarem a potencialidade do serviço militar futuro para crianças que participam do programa (Galaviz; Palafox; Meiners, 2011; Tynes, 2023), e o fato de 40% dos estudantes que realizam 3 dos 4 anos do ensino médio sob o programa terminarem nas Forças Armadas (Kershner; Harding; Howlett, 2022), a postura oficial do JROTC é de que não se trata de um instrumento de recrutamento.

Como apontam Harding e Kershner (2017), estudantes do JROTC recebem crédito acadêmico por essas atividades passadas por instrutores militares da reserva. De acordo com informações presentes no website do JROTC do Exército, o currículo do programa busca promover conteúdos acadêmicos equitativos e desafiadores, oferecendo experiências autênticas de aprendizagem para os cadetes (AJROTC, 2025a). Sobretudo a partir das aulas e livros didáticos referentes ao curso oferecido em cada um dos quatro anos do ensino médio, chamado de *Leadership Education Training* (LET), os cadetes são estimulados a aprender valores cívicos da Nação e competências práticas para solucionar problemas da vida real (AJROTC, 2025b).

Para o Exército dos EUA, as habilidades aprendidas a partir do JROTC são "necessárias aos cadetes para o sucesso na vida futura e oportunidades de carreira", dentre as quais se destacam: "comunicação por técnicas verbais, não-verbais, visuais e escritas; fazer sua parte como um bom cidadão na escola, comunidade, país e no mundo; tratar a si mesmo e aos outros com respeito e; aplicar técnicas de pensamento crítico" (AJROTC, 2025a). A isso se associam os resultados esperados por parte dos militares, tais como o "engajamento em questões cívicas e sociais na comunidade, governo e sociedade" e sobretudo a "valorização do papel dos militares e outras organizações de serviços" (AJROTC, 2025a).

Entretanto, como Lutz (1995) já apontava na década de 1990, o currículo do JROTC possui uma visão de liderança que é sinônimo do respeito à autoridade constituída e das cadeias de comando, em detrimento da capacidade de propor novos objetivos e construção de consensos democráticos, mesclando a ideia de liderança com adesão (*followership*). Na prática, como argumenta Abajian (2019 apud Kershner; Harding, 2019), o privilégio de valores militares e a promoção inigualável de carreiras militares em detrimento de outras carreiras fazem com que grande parte das escolas estadunidenses de fato criem um “canal da escola para o Exército” (*school-to-military pipeline*).

No modelo de ensino do JROTC, o pensamento crítico em teoria valorizado pelo currículo colapsa em práticas de aprendizado que posicionam a repetição como foco central, estimulando respostas automáticas de cadetes (Kershner; Harding; Howlett, 2022; Lutz, 1995). Dentro de uma compreensão ampliada sobre militarização e sobre o recrutamento como um processo, em vez de um evento formal, é possível verificar como essas práticas envolvem discursos particulares sobre crianças, cidadania, liderança e o papel dos EUA no mundo que reificam visões de senso comum sobre a necessidade da criança de aprender a valorizar acriticamente as Forças Armadas e suas ações intervencionistas no tempo passado e, sobretudo, no tempo presente pós-atentados do 11 de setembro (Lutz, 1995; 2014; McGauley, 2015).

Sobretudo a partir do lançamento da Guerra ao Terror, indicam Kershner, Harding e Howlett (2022, p. 174, tradução minha), “a aprovação pública das Forças Armadas atingiu níveis recordes, pois as principais instituições do país – indústria, escolas e mídia – se acomodaram confortavelmente em um pé de guerra permanente”. Tal realidade se coaduna com o que Lutz (2014) chama de “normalidade militar” (*military normal*), isto é, o impulso a investimentos massivos na guerra e nas relações públicas da guerra, assim como as crenças e valores que os sustentam.

Ao investigar o *military normal* nos EUA pós-11 de setembro, Lutz (2007; 2014) elenca questões problemáticas como o reconhecimento insuficiente sobre o papel de campanhas de relações públicas na produção de “contrainsurgência em casa” e suas sustentações de imaginários prevaletentes sobre a necessidade sempre urgente de valorização das Forças Armadas e suas ações militares. Para a autora, o *military normal* é construído cotidianamente por anos de propaganda pelos complexos militares-industriais-midiáticos nos Estados Unidos em níveis que não apenas satisfazem as taxas de recrutamento anuais, mas convencem o público geral do país que as Forças

Armadas são uma instituição de prestígio, sem a qual não seria possível garantir as liberdades individuais e o status de cidadão pleno (Lutz, 2014). Como aponta Mazzarino (2023), nos anos imediatos após o 11 de setembro, o Departamento de Defesa se tornou a terceira maior fonte de financiamento para pesquisa em universidades a respeito de armas, estratégia militar, inteligência e prevenção de bioterrorismo.

Na sociedade estadunidense do século XXI, o *military normal* se desdobra em uma realidade em que baixas porções da sociedade civil se alistam nas Forças Armadas, aliado ao fato de que os Estados Unidos não recrutam por conscrição desde o início dos anos 1970, e sim pelo recrutamento voluntário em larga escala (Tannock, 2005). Nesse contexto, em meio ao “gap civil-militar” presente nos EUA, Millar (2022) demonstra como o “apoio às tropas” (StT, na sigla em inglês) atua como uma forma de conciliar a relação entre a guerra, serviço militar e cidadania em tempos de baixos índices de alistamento nas democracias liberais. Constituído por várias formas, como por exemplo nas práticas pedagógicas do JROTC, esse discurso atua como premissa crucial na construção dos contornos da cidadania liberal, no sentido de que “estar na comunidade política é apoiar as tropas” (Millar, 2022, p. 4, tradução minha).

Ao interrogar a conexão da solidariedade marcial do “apoio às tropas” no *military normal* com a construção do pertencimento político em uma democracia liberal como os Estados Unidos, por um lado, é possível perceber como a preparação para a guerra e a vida militar constituem as fronteiras dos espaços civis e dos direitos de cidadão, à despeito da suposta separação entre violência e política imanente à razão liberal (Basham, 2018; Millar, 2022). Por outro lado, é possível notar que as noções de pertencimento são inculcadas em crianças desde cedo a partir da sua socialização em espaços militarizados, informando o modelo de cidadão-soldado em meio ao militarismo liberal (Woodward, 2007). Ambas as críticas são possibilitadas a partir de uma postura que concebe o recrutamento não meramente como um ato de alistamento formal, mas como um fenômeno social complexo que normaliza a vida militar como desejável e natural no processo formativo da cidadania.

Assim, problematizar o entrelaçamento entre a infância e a militarização implica observar que, apesar do Exército sistematicamente negar ao público que o JROTC é um instrumento de recrutamento (AJROTC, 2025a; 2025b), o programa representa uma linha de frente na militarização de crianças e na construção de futuras carreiras formais nas Forças Armadas (Tynes, 2023). A expansão contemporânea do JROTC se desdobrou, por exemplo, a partir de legislações que garantem que escolas que recebem financiamento

federal necessariamente permitam o acesso de recrutadores militares aos campi e às informações de estudantes, como o *No Child Left Behind Act* (2001) e o *Every Student Succeeds Act* (2015) (Harding; Kershner, 2017). No entanto, é nas dimensões mais cotidianas da política que se observa a capilaridade do poder produtivo da militarização (Basham, 2013; Foucault, 2017). Isso é exemplificado por McGauley (2024), ao citar o caso do *Living History Day* de 2016 na *Reynolds High School*, onde leciona em um subúrbio de Portland, Oregon. A autora cita brevemente como, nesse evento anual dedicado à recuperação da memória de veteranos de guerra, a administração da escola e o JROTC “sequestraram nossa programação e currículo para que nossos 2.800 alunos pudessem ouvir apresentações de mais de 300 veteranos militares” (McGauley, 2024, p. 3, tradução minha). Assim, McGauley (2015) argumenta que o JROTC não é sobre educação, mas sobre acolher recrutadores e o JROTC em escolas de modo a oferecê-los privilégios e um manto de legitimidade.

Ao apontar que o serviço militar é pilar fundamental para a construção do pertencimento político na comunidade, programas como o JROTC projetam uma visão idealizada das Forças Armadas a partir da qual crianças passam a encarar o ethos militar como desejável e acima de tudo natural através de práticas pedagógicas militarizadas. De outro modo, abordar esses processos a partir de uma visão crítica de recrutamento implica observar, segundo Crilley (2019, p. 5, tradução minha), como “tais práticas cotidianas funcionam de maneira indireta, ‘ocultando a função violenta central das Forças Armadas [e] facilitando sua aplicação ao promover um apoio popular menos questionador a elas”. A construção do pertencimento político ao Estado americano a partir da militarização da infância é notável a partir do próprio credo do JROTC do Exército, no qual crianças são estimuladas a repetir semanalmente.

“Eu sou um cadete do JROTC do Exército. Eu sempre vou me comportar para trazer orgulho à minha família, à escola e ao corpo de cadetes. Eu sou leal e patriota. Eu sou o futuro dos Estados Unidos da América. Eu não minto, trapaceio ou roubo, e sempre serei responsável pelas minhas ações. Eu sempre vou praticar a boa cidadania e patriotismo. Eu sempre vou trabalhar tudo para melhorar minha mente e fortalecer meu corpo. Eu sempre buscarei o manto da liderança e estar preparado para ostentar a Constituição e o modo de vida americano. Que Deus me permita a força para sempre viver sob esse credo” (AJROTC, 2015).

Contudo, o esforço crítico não implica necessariamente adotar formas cruas de antimilitarismo que podem deixar intacto o papel formativo da violência na constituição do Estado e suas sociedades (Basham, 2018; Tannock, 2005). Ao analisar criticamente o papel da *Leave My Child Alone*, uma coalizão antimilitarista, Tannock (2005) mostra como

a organização adota uma postura firme contra a visita de recrutadores em residências com crianças, mas ao mesmo tempo explicita seu “apoio às tropas”, naturalizando o papel formativo do poder militar estadunidense ‘em casa’ e suas violências cometidas ‘afora’ em intervenções militares imperialistas (Basham, 2018; Millar 2022). Como coloca o autor, “além disso, por que estamos tão preocupados em tirar os ‘militares das nossas escolas’? Por que não trabalhar para remover os militares (ou pelo menos o militarismo) da nossa sociedade?” (Tannock, 2005, p. 173, tradução minha).

Ainda, antimilitarismos podem terminar reforçando um imaginário hegemônico que dissocia crianças de espaços militarizados por essência (Tabak, 2025). Em outras palavras, apesar da crescente rede de organizações não-governamentais antimilitaristas nos EUA que visam desmobilizar práticas cotidianas de recrutamento (Harding; Kershner 2017), simplesmente adotar um tipo de antimilitarismo com base na alegação de que espaços militarizados são essencialmente incompatíveis com a infância e as crianças pode acabar reforçando uma (re)representação hegemônica das crianças como vítimas vulneráveis e desprovidas de agência (Beier, 2026). Isso desconsidera os motivos pelos quais algumas crianças podem participar de programas de recrutamento como o JROTC para obter prestígio e apoio em suas comunidades.

Desde sua criação, unidades do JROTC foram intencionalmente implantadas, principalmente, em comunidades racializadas de baixa renda, com o objetivo de domesticar e controlar as identidades e comportamentos considerados perigosos pelo Estado (Beier, 2026; Galaviz; Meiners; Palafox, 2011; Lutz, 1995; Mazzarino, 2023; Pérez, 2015). Ao participarem do JROTC, crianças de minorias de classe, gênero e raça, por exemplo, exercem agências de formas ambíguas em contextos de desindustrialização, baixas oportunidades de emprego e marginalização cultural devido a preconceitos sociais historicamente estabelecidos no tecido social estadunidense, reivindicando plenos direitos de cidadania com base em sua relação com o serviço militar (Beier, 2026; Millar, 2022).

Em termos específicos, como evidenciado pelo estudo etnográfico de Gina Pérez (2015) na *Fairview High School* em Lorain, Ohio, por um lado, depoimentos e atividades de crianças latinas no JROTC ressoaram concepções tradicionais de cidadania baseadas em ideias neoliberais de autoaperfeiçoamento e responsabilidade individual, reificando o papel disciplinador das autoridades do JROTC e das Forças Armadas. Por outro lado, simultaneamente, a forma com que essas ideias foram articuladas cotidianamente por essas crianças afirmou sentidos coletivos de solidariedade e pertencimento latino à Nação, contestando estigmas que silenciam seus status de cidadãos. Como argumenta Pérez

(2015, p. 206, tradução minha), “ao fazer isso, eles também facilitam a criação de novos modelos de cidadania e pertencimento, baseados no compromisso com a melhoria da comunidade, que desafiam a ênfase na independência e na produtividade”.

Da mesma forma, Galaviz, Palafox e Meiners (2011, p. 34) apontam para uma estudante latina de dezesseis anos da Academia Naval de Chicago que afirmou: “quando as pessoas veem que estudamos em uma escola militar, elas sabem que somos obedientes, seguimos ordens e somos disciplinados”. Assim, o condicionamento do acesso a recursos, promessas de financiamento educacional futuro e direitos de cidadania à potencialidade do serviço militar por meio da participação no JROTC é símbolo de como a militarização modula as vidas de crianças estadunidenses de formas ambíguas, gerando dilemas morais e éticos que uma forma simplista de antimilitarismo não consegue abordar de maneira produtiva.

5 CONCLUSÃO

Este artigo argumentou que uma postura crítica com relação ao recrutamento de crianças atua como principal condição de possibilidade para interrogar o encontro entre infância e militarização como uma relação co-constitutiva, e não paradoxal, e como ela estabelece os contornos normativos da construção do pertencimento político ao Estado. À diferença da visão convencionalmente estabelecida pelo “discurso da lei” (Tabak, 2020), isto é, os marcos normativo-jurídicos voltados à proibição do uso de crianças-soldado, avancei a ideia de que recrutamento não representa exclusivamente o emprego direto de crianças em um conflito armado, mas se trata de processo marcado pela paulatina normalização de valores militares e alinhamento ideológico a uma Força Armada.

Ao olhar criticamente para o caso do *Junior Reserve Officers' Training Corps*, é possível situar o ensino de habilidades de liderança, obediência, respeito à hierarquia e aos protocolos de convivência em um enquadramento militarizado que estimula crianças a normalizarem o papel disciplinador e violento das Forças Armadas ‘em casa’ e ‘afora’, ao passo que aprendem habilidades úteis para o amadurecimento na vida social e profissional. Como exposto pelo currículo do JROTC do Exército, trata-se de uma articulação direta entre a desenvoltura de habilidades mentais e físicas, tais como a comunicação, a boa saúde e técnicas de solução de problemas, e a familiarização normativa com a história e cultura militar estadunidense (AJROTC, 2025a). Ao politizar

essa manifestação particular da co-constituição entre infância e militarização, e como ela estabelece as fronteiras da 'boa cidadania', um espaço é aberto para transcender visões estereotipadas da militarização de crianças como símbolo de falência moral humana restrita a zonas de conflito do Sul Global, expondo a imanência da violência e do poder militar na construção do pertencimento político ao Estado.

Lidar com o entrelaçamento entre infância e militarização, no âmbito do JROTC, implica um olhar sobre como suas práticas de ensino militarizadas preparam crianças para a vida adulta a partir da normalização de valores militares e da glorificação do papel das Forças Armadas 'em casa' e 'afora'. Nos termos de Beier (2026), o JROTC serve como um exemplo de esforço voltado a "recrutar o futuro adulto a partir da criança presente", na medida em que "esse tipo de programa sinaliza tanto a militarização da infância quanto a infantilização do militarismo, o que pode não ser tão evidente em atividades que tendem a ser vistas como formas benéficas de recreação e lazer" (Beier, 2026, p. 22, tradução minha). A partir do recrutamento, indivíduos são interpelados como 'bons cidadãos' ou, nesse caso, 'boas crianças', processo que por si só envolve a produção de fronteiras entre a boa criança e aquelas que devem ser disciplinadas e controladas pelo poder militar 'em casa' e 'afora'.

Futuras pesquisas são necessárias para interrogar como o recrutamento simplesmente não 'acontece' em crianças, mas atua enquanto um processo contestado que é navegado por crianças de múltiplas formas, seja envolvendo a reprodução e/ou resistências de suas características. Uma avenida frutífera de investigações futuras é como a agência de crianças se desdobra em meio à relação entre a redução do financiamento público à educação e o esvaziamento de políticas de assistência social no âmbito da governança neoliberal (Pérez, 2015), com o subsequente preenchimento desse vácuo pelos militares.

Em meio a esses constrangimentos estruturais, uma atenção deve ser dada a como variadas formas de agência de crianças são (im)possibilitadas, observando o próprio conceito sob uma perspectiva relacional em vez de uma propriedade exclusiva do sujeito. Um dos exemplos, como aponta Pérez (2015), é como meninas latinas de baixa renda problematizam estereótipos sociais racializados e genderizados que as produzem como 'barulhentas', ao situarem essa característica enquanto motivo de orgulho e autoafirmação de liderança no âmbito de tarefas no JROTC, em vez de atuar como uma caracterização pejorativa que autoriza práticas de controle. Assim, gênero, raça e classe moldam experiências de meninos e meninas de formas variadas não só no âmbito do

JROTC, mas nas pluralidades de zonas de militarização da política global (Beier, 2011; Macmillan, 2011; Pérez, 2015). Um olhar centrado nas suas ações em meio às práticas militarizadas do programa pode contribuir para leituras e pesquisas subsequentes que compliquem estereótipos estabelecidos sobre crianças, suas possibilidades de agência e como elas se desdobram de formas ambíguas na construção do pertencimento político e do status de cidadão no Estado moderno.

REFERÊNCIAS

BAKER, M.; BOGEL-BURROUGHS, N.; MARCUS, I. Thousands of teens are being pushed into military's Junior R.O.T.C. **The New York Times**, New York, 11 dez. 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/12/11/us/jrotc-schools-mandatory-automatic-enrollment.html>. Acesso em: 18 out. 2025.

BASHAM, Victoria M.; BELKIN, Aaron; GIFKINS, Jess. What is Critical Military Studies? **Critical Military Studies**, v. 1, n. 1, p. 1-2, 2015.

BASHAM, Victoria. Liberal militarism as insecurity, desire and ambivalence: Gender, race and the everyday geopolitics of war. **Security Dialogue**, v. 49, n. 1-2, p. 32-43, 2018.

BASHAM, Victoria. M. Everyday modalities of militarization: beyond unidirectional, state-centric, and simplistic accounts of state violence. **Critical Military Studies**, p. 1-6, 2022.

BEIER, J. Marshall. Introduction: Everyday zones of militarization. In: BEIER, J. M. (Ed.). **The Militarization of Childhood: Thinking Beyond the Global South**. p. 1-16. Palgrave Macmillan, 2011.

BEIER, J. Marshall. Not the Usual Suspects: Making Child Soldiers in the Gunsight. **Civil Wars**, p. 1-19, 2024.

BEIER, J. Marshall. Programmatic recruitments: (para)militarizing children. In: BEIER, J. Marshall. **Childhood, Militarism, and Everyday Life**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2026. (No prelo).

BEIER, J. Marshall; BERENTS, Helen. Introduction: Children and Childhoods in Global Political Perspective. In: BEIER, J. Marshall; BERENTS, Helen (Eds.). **Children, Childhoods, and Global Politics**. Policy Press, 2023.

BHABHA, Jacqueline. The child—what sort of human?. **PMLA**, v. 121, n. 5, p. 1526-1535, 2006.

- BODINEAU, Sylvie. Refusing to be victims: child soldiers in the humanitarian world. In: DENO, Myriam; FENNIG, Maya (Org.). **Research Handbook of Children and Armed Conflict**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2024. p. 67-85.
- BURMAN, Erica. **Deconstructing Developmental Psychology**. 3. ed. London: Routledge, 2016.
- CRILLEY, Rhys. This is Belonging: Children and British Military Recruitment. In: DRUMBL, Mark A.; BARRETT, Jastine C. (Org.). **Research Handbook on Child Soldiers**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2019. p. 1-13.
- DRUMBL, Mark A.; BARRETT, Jastine C. Introduction. In: DRUMBL, Mark A.; BARRETT, Jastine C. (Org.). **Research Handbook on Child Soldiers**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2019. p. 1-26.
- EASTWOOD, J. Rethinking militarism as ideology: The critique of violence after security. **Security Dialogue**, v. 49, n. 1-2, p. 44-56, 2018.
- ENLOE, Cynthia. **Globalization and Militarism: Feminists Make the Link**. 2. ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2016.
- ENLOE, Cynthia. **Maneuvers: The International Politics of Militarizing Women's Lives**. Berkeley: University of California Press, 2000.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). Army Recruiting Command. Headquarters. **USAREC Regulation 350-13: School Recruiting Programs**. Fort Knox, KY, 17 mar. 2021. 59 p. Regulamento.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder [Microphysics of Power]**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. (Machado, R., Org., Introd., & Rev. Téc.).
- GALAVIZ, B.; PALAFOX, J.; MEINERS, E. R. The Militarization and the Privatization of Public Schools. **Berkeley Review of Education**, v. 2, n. 1, p. 27-45, 2011.
- HANSON, Karl; MOLIMA, Christelle. Getting Tambo out of limbo: exploring alternative legal frameworks that are more sensitive to the agency of children and young people in armed conflict. In: DRUMBL, Mark A.; BARRETT, Jastine C. (Org.). **Research Handbook on Child Soldiers**. Edward Elgar Publishing, 2019. p. 110-131.
- HARDING, Scott; KERSHNER, Seth. A borderline issue: Are there child soldiers in the United States? **Journal of Human Rights**, v. 17, n. 3, p. 322-339, 2017.
- JARVIS, Lee. Children's Games and Global Politics: Masculinity, Militarism, and the Warrior Hero. **Review of International Studies**, v. 50, n. 1, p. 1-19, 2024.
- JENKS, Chris. **Childhood**. 2. ed. London; New York: Routledge, 2005.
- JÉZÉQUEL, Jean-Hervé. Child Soldiers in Africa: A singular phenomenon? Vingtième Siècle. **Revue d'histoire**, n. 89, p. 89-107, 2006. Fondation MSF / CRASH.

- JONES, Ann. America's Child Soldiers JROTC and the Militarizing of America. **The National Network Opposing the Militarization of Youth (NNOMY)**, 4 jun. 2022. Disponível em: <https://nnomy.org/en/971-america-s-child-soldiers-jrotc-and-the-militarizing-of-america.html>. Acesso em: 18 out. 2025.
- KERSHNER, S.; HARDING, S.; HOWLETT, C. **Breaking the War Habit: The Debate over Militarism in American Education**. Athens: University of Georgia Press, 2022.
- LEE-KOO, Katrina. Horror and Hope: (re)presenting militarised children in global North-South relations. **Third World Quarterly**, v. 32, n. 4, p. 725-742, 2011.
- LUTZ, Catherine. **Making Soldiers in the Public Schools: An Analysis of the Army JROTC Curriculum**. Diane Publishing, 1995.
- LUTZ, Catherine. The Military Normal: Feeling at home with counterinsurgency in the United States. In: CAMPBELL, R. (Ed.). **Violence and civilization: Studies of Social Violence in History and Prehistory**. Oxford: Oxbow. p. 183-191. 2014.
- MABEE, B.; VUCETIC, S. Varieties of militarism: Towards a typology. **Security Dialogue**, v. 49, n. 1-2, p. 96-108, 2018.
- MACMILLAN, Lorraine. Militarized children and sovereign power. In: BEIER, Marshall (Ed.). **The Militarization of Childhood: Thinking Beyond the Global South**. New York: Palgrave Macmillan, 2011. p. 61-76.
- MANZO, Kate. Imaging humanitarianism: NGO identity and the iconography of childhood. **Antipode**, v. 40, n. 4, p. 632-657, 2008.
- MAZZARINO, Andrea. The War on Terror and the Battle for Young Minds. **Inkstick Media**, 2023. Disponível em: <https://inkstickmedia.com/the-war-on-terror-and-the-battle-for-young-minds/>. Acesso em: 18 out. 2025.
- MCGAULEY, Sylvia. The military invasion of my high school: The role of JROTC. **The Education Digest**, v. 80, n. 8, p. 40, 2015.
- MILLAR, Katharine M. **Support the troops: Military Obligation, Gender, and the making of political community**. Reino Unido: Oxford University Press, 2022.
- OKYERE, Samuel. Introduction: International Child Protection and Its Discontents. In: HOWARD, N.; OKYERE, S. (Eds.). **International Child Protection**. Palgrave Macmillan, Cham, 2022. p. 1-27.
- ONU. **A/51/306 - Impact of armed conflict on children**. Nova Iorque: United Nations, 1996. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N96/219/55/PDF/N9621955.pdf?OpenElement>. Acesso em: 18 out. 2025.

ONU. **S/RES/1612 (2005)** - Nova Iorque: United Nations, 2005. Disponível em: [http://unscr.com/en/S/RES/1612\(2005\)resolutions/doc/1612](http://unscr.com/en/S/RES/1612(2005)resolutions/doc/1612). Acesso em: 18 out. 2025.

PÉREZ, G. M. **Citizen, student, soldier**: Latina/o youth, JROTC, and the American dream. New York: New York University Press, 2015.

ROSEN, David M. **Child Soldiers in the Western Imagination**: From Patriots to Victims. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2015.

SHEPHERD, Laura J. Militarisation. In: BLEIKER, Roland. **Visual Global Politics**. US and London: Routledge, 2018.

TABAK, Jana. "Children Without Childhood": Representations of the Child-Soldier as an International Emergency. In: SANDIN, Bengt et al. (Eds.). **The Politics of Children's Rights and Representation**. Cham: Palgrave Macmillan, 2023. p. 161-180.

TABAK, Jana. **The Child and the World**: Child-soldiers and the Claim for Progress. University of Georgia Press, 2020.

TABAK, Jana. Tools of War, Tools of State: Stories of the Child Combatant in Global North–South Relations. In: BAMEKA, Christelle Molima et al. (Org.). **Children and Violence**: Agency, Experience, and Representation in and beyond Armed Conflict. London: Routledge, 2025. p. 196-212.

TABAK, Jana; ARAUJO, Marcos do Vale. Na interseção entre as agendas de segurança e direitos humanos: a proteção da infância nas operações de paz da ONU. In: DUARTE, G.; CARVALHO, L. (Org.). **Azul da cor da paz?** perspectivas e debates sobre as operações de paz da ONU. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2022. p. 198-217.

TABAK, Jana; HERZ, Monica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. Encontro de Agendas na ONU: Segurança, Direitos Humanos e Infância. In: FERNANDES, Sandra; SIMÃO, Licínia. (Coords.). **O Multilateralismo**: Conceitos e práticas no século XXI. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. cap. 2, p. 43-65.

TANNOCK, Stuart. Is "Opting Out" Really an Answer? Schools, Militarism, and the Counter-Recruitment Movement in Post-September 11 United States at War. **Social Justice**, San Francisco, v. 32, n. 3, p. 163-178, 2005.

TYNES, Robert. American-Made Child Soldiers. **Civil Wars**, p. 1-29, 2023.

UNICEF. **Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados**. Paris: UNICEF, 2000. Disponível em: https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/protocolo_facultativo_a_convencao_sobre_direitos_crianca_relativo_%20participacao_conflitos_armados.pdf. Acesso em: 18 out. 2025.

UNICEF. **The Cape Town Principles and Best Practices**. Paris: UNICEF, 1997.

UNICEF. **The Paris Principles**: Principles and Guidelines on Children Associated with Armed Forces or Armed Groups. Paris: UNICEF, 2007.

US ARMY JROTC (AJROTC). **Leadership and Education Training 1 (LET 1): The Emerging Leader**. Estados Unidos: Pearson, 2015.

US ARMY JROTC (AJROTC). **Army Junior ROTC Program Overview**. [S. l.], 2025b. Disponível em: <https://www.usarmyjrotc.com/army-junior-rotc-program-overview/>. Acesso em: 18 out. 2025.

US ARMY JROTC (AJROTC). **JROTC Curriculum Overview**. [S. l.], 2025a. Disponível em: <https://www.usarmyjrotc.com/army-junior-rotc-program-overview/>. Acesso em: 18 out. 2025.

WOODWARD, Rachel. Not for Queen and Country or Any of That Shit...: Reflections on Citizenship and Military Participation in Contemporary British Soldier Narratives. In: COWEN, Deborah; GILBERT, Emily (Org.). **War, Citizenship, Territory**. London: Routledge, 2008. p. 363–384.

NOTAS

HISTÓRICO

RECEBIDO: 27/10/2025

APROVADO: 24/03/2026

PUBLICADO: 14/05/2026

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora do doutorado, Profa. Jana Tabak, pelos valiosos feedbacks nas fases de desenvolvimento da minha pesquisa que precederam este artigo, bem como aos meus amigos Lucca, Camylle e João Felipe pela leitura cuidadosa e sempre atenta dos meus escritos. Agradeço também ao Prof. Marshall Beier, meu supervisor do doutorado sanduíche na McMaster University, pela disponibilização de material escrito de sua autoria ainda a ser publicado e que foi crucial para o desenvolvimento do trabalho.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: M. V. Araujo;

Coleta de dados: M. V. Araujo;

Análise de dados: M. V. Araujo;

Discussão dos resultados: M. V. Araujo;

Revisão e aprovação: M. V. Araujo;

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflitos de interesse: financeiros, pessoais, entre possíveis revisores e editores, possíveis vieses temáticos.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à Em Tese os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional (CC BY). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.